

## **TÍTULO: FAMÍLIA E CULTURA MATERIAL NO SÉCULO XIX<sup>1</sup>**

**Cláudia Eliane P. Marques Martinez**  
Doutoranda da Universidade de São Paulo  
[cepmarques@uol.com.br](mailto:cepmarques@uol.com.br)

### **Introdução:**

O poder, as mulheres e a política foram algumas das questões relacionadas à História da Família.<sup>2</sup> Estudos desta natureza evidenciaram o quanto este grupo social entrelaçava-se no jogo da economia, interferia nas instituições públicas e na sociedade em geral. Cabe no entanto, aprofundar alguns pontos, como por exemplo, aqueles ligados à estrutura material. Por isso, iremos examinar, neste artigo, a relação entre as *famílias escravistas* e a *cultura material*. Também fazem parte dos objetivos analisar comparativamente os *objetos do cotidiano*, os *estratos sociais* e a *escravidão*.

As Minas Gerais da segunda metade do século XIX, mais precisamente, o Vale do Paraopeba, constituiu o cenário principal da pesquisa<sup>3</sup>. Os estudos realizados por Fernand Braudel inspiraram a metodologia e a forma de análise dos resultados<sup>4</sup>. Sendo assim, os objetos do cotidiano foram pensados sob o foco das transformações sociais e econômicas ocorridas na região do mencionado Vale<sup>5</sup>. As informações encontradas nos inventários *post-mortem* foram simultaneamente confrontadas com a realidade local, provincial e imperial.

Em função da multiplicidade de elementos, localizados nas fontes primárias, selecionamos algumas peças do mobiliário, dos utensílios domésticos e da vestimenta. A quantidade, a qualidade e o valor monetário dos itens escolhidos constituíram os pontos principais para a elaboração desse trabalho.

Das três partes que compõem o artigo, a primeira contempla o mobiliário. A partir desse objeto do cotidiano pôde-se aferir temas relacionados ao comércio, a circulação de mercadorias, a escravidão e as diferenças econômicas entre os diversos estratos ou faixas estabelecidos na sociedade – pequenas, médias e grandes famílias escravistas.

Posteriormente buscou-se compreender aspectos da indumentária e da vestimenta entre as famílias detentora de escravos. As notas fiscais dos comerciantes do Vale do Paraopeba tiveram aqui papel especial. Por meio dos documentos cartorários identificou-se o que as famílias

compravam, o que era confeccionado na localidade e o que era importado de outros lugares – principalmente a Corte do Rio de Janeiro.

Estudou-se, também, a origem, a função e o material utilizado na confecção dos utensílios domésticos. A concepção de riqueza e a definição de luxo, na sociedade mineira do século XIX, foram alguns dos pontos salientados. A analogia entre o universo das famílias escravista e o mundo dos objetos demonstrou ser um caminho viável para se conhecer aspectos da realidade oitocentista.

### **Mobiliário e diferenças sociais no mundo escravista**

A mobília ocupa um lugar especial na análise das necessidades, das comodidades, do luxo e dos recursos de uma sociedade. O estudo permite saber como as pessoas dormiam, recebiam, consumiam e executavam as tarefas domésticas. Segundo Daniel Roche os “móveis simbolizam o percurso da vida: o cofre, a cama, a mesa e as cadeiras, a masseira, o relógio. Dos interiores modestos às moradias complexas, eles podiam aumentar em quantidade e melhorar em qualidade, responder a necessidades de arrumação desenvolvidas pela riqueza e acumulação, mudar de significado”<sup>6</sup>.

Analisamos a mobília das famílias escravistas do Vale do Paraopeba destacando o papel universal e seletivo que os móveis assumiam no cotidiano da sociedade inventariada. De modo geral, classificamos os móveis em dois tipos: *básicos* e *sofisticados*. Os primeiros apareceram em praticamente toda casa ou fazenda constituindo-se, em geral, de bancos, tamboretas, mesas, caixas, caixotes, caixões, caixinhas e catres. Estas peças do mobiliário eram amplamente utilizadas pelas famílias escravistas, independente do número de escravos que possuíam. Pode-se perceber, no entanto, que os escravistas de médio e grande porte detinham maior quantidade de tais mobílias. Observou-se também que o tamanho da posse de escravos era diretamente proporcional à média dos preços. Ou seja, quanto maior o preço médio de um móvel, maior era o plantel de escravos dessa mesma família.

Por que o valor de um móvel básico - catre, banco, mesa etc. - de uma família não escravista era significativamente inferior àquelas detentoras de grandes plantéis? A resposta para tal indagação provavelmente está associada à qualidade de tal mobiliário. Ou seja, um catre podia conter diferentes qualidades, sendo de madeira (6.000 réis); de tabuleta (4.000 réis); grande torneado (7.000 réis); inferior (2.000 réis); usado (3.000 réis); muito velho e liso (500 réis); com armação e cortinado (8.000 réis); lavrado (1.920 réis); ordinário (2.000 réis) etc. Todas essas características incidiam diretamente no valor variando conforme a complexidade do artefato.

Quanto ao mobiliário sofisticado ou pouco comum – guarda-roupa, marquesa de palhinha, canapé, sofá, frásqueira, cantoneira de mármore, cômoda, baú - eram em número muito reduzido se

comparado com a categoria dos básicos e apenas em alguns setores identificamos a sua presença - médios e grandes escravistas. O reduzidíssimo número desses móveis, ou mesmo sua completa ausência em determinados setores, sinaliza uma possível definição de luxo nesta sociedade. Possuir um sofá, um guarda roupa, uma cama aparelhada e torneada enquanto a maioria da população assentava em toscos bancos de peroba, guardavam seus objetos em caixas e caixotes ou dormiam em catres ordinários, revelava não só o poder aquisitivo de quem possuía tais mobílias, como também indicava um modo de vida mais requintado e “civilizado”.

Em função da rusticidade e da matéria-prima utilizada na confecção dos móveis básicos é provável que se originassem da própria comunidade e a existência de carpinteiros, nos diversos distritos do Vale, confirma essa hipótese<sup>7</sup>. Por outro lado, cantoneiras de mármore, cadeiras de palhinha, camas finas aparelhadas e torneadas, provavelmente, eram importadas de outros lugares. Cabe questionar, então, a origem e a procedência desses móveis sofisticados e luxuosos e como as famílias os adquiriam?

Embora as estradas e caminhos<sup>8</sup> fossem precários e tortuosos, como observaram vários viajantes estrangeiros, eram visivelmente superiores àqueles da primeira metade do século, facilitando, desta maneira, o acesso das tropas de burros e dos carros de bois<sup>9</sup>. Por meio desses dois transportes foi possível introduzir móveis importados, objetos e artefatos luxuosos, provenientes da Corte do Rio de Janeiro e do mundo Europeu.

No entanto, a ligação desse universo moderno e luxuoso, tão almejado pela elite escravista, não tinha ligação direta com os rincões do Brasil. Ao desembarcarem na Corte do Rio de Janeiro as mercadorias eram provavelmente despachadas para Ouro Preto e grandes centros comerciais da Província mineira, como por exemplo, São João Del Rei. Destes dois pólos comerciais os artigos eram distribuídos para as vilas e fazendas do interior. Também é presumível que a capital de Minas Gerais e suas ramificações mais importantes reproduzissem réplicas de móveis e artefatos europeus com tal precisão que pudessem, assim, suprir a ávida elite escravista

### **O que nos dizem a indumentária e os utensílios domésticos**

Assim como o homem fabricou seus móveis e importou outros, a história da vestimenta e dos objetos da cozinha seguiu o mesmo curso<sup>10</sup>. Estudar a indumentária e os utensílios domésticos significa adentrarmos no universo da hierarquia, da moda, da aparência e do luxo. Mas, permite também identificarmos o que era corriqueiro, diferente e exótico naquela sociedade.

Para Daniel Roche “o traje não podia ficar isolado do conjunto do sistema da civilização material; ele seguia as transformações e tinha um papel essencial. Ele valorizava as topografias sociais e seus diferentes consumos; distinguia as situações ordinárias e extraordinárias, a festa e o

cotidiano; permitia ver a influência da circulação e das trocas, tanto através dos movimentos verticais (os hábitos indumentários podiam se deslocar do alto para a base da sociedade, mas também no sentido inverso) quanto através dos movimentos horizontais, pondo em causa o comércio e a indústria”<sup>11</sup>.

O ato de vestir-se cumpre vários papéis na sociedade ocidental. Sendo assim, o estudo da vestimenta sinaliza as mudanças e tradições, as diferenças sociais, a moda, a cultura feminina, a circulação de mercadorias. Segundo Gilda de Mello e Souza, o vestuário permite entender o gesto, a atitude, *os antagonismos entre os sexos e os grupos sociais*<sup>12</sup>. E é essa diferença entre os diferentes setores ou grupos da sociedade inventariada que iremos aqui vislumbrar.

Baseado na minuciosa descrição da vestimenta foi possível explorar dados contidos em 210 inventários *post-mortem* e aqueles referentes aos comerciantes tiveram destaque especial. Através da documentação dos negociantes identificou-se o tipo de transação que era estabelecida na *Casa Baeta Neves* ou na *Casa da Barateza de Fernandes e Irmãos*, ambas localizadas no Município de Bonfim, mais precisamente na rua do Fogo e na rua do Comércio.

Por meio das notas fiscais, foi possível verificar o amplo e variado comércio estabelecido nas lojas, vendas e casas comerciais. Vendia-se e comprava-se desde *botinas, metros de americanos, casimira e morim, lenços, carretéis de linha, ferramentas de trabalho, camisas de linho, ceras e velas para funerais, vestidos de seda, sal, escravos e todos os gêneros do país* como atestam os referidos documentos. Era através de tais lojas que as famílias podiam adquirir as “necessidades” e os “desejos” do dia a dia<sup>13</sup>. O supérfluo e o básico mesclavam-se aos artigos e objetos como, *“pregos, meias finas, alpaca fina, metros de galão (espécie de tecido), camisas de linho, chitas, chapéus, paletozinhos para crianças, mantimentos como farinhas, café, pílulas Bristol, vinho do Porto, aguardente, maços de fósforos, sapatos para senhoras e homens brancos e sapatos para mulheres e homens pretos”*<sup>14</sup>.

Assim como os móveis, a vestimenta pessoal e as roupas de cama e mesa seguiram a mesma lógica já descrita nesse trabalho. A quantidade, a qualidade e o valor médio, de praticamente todos os itens arrolados, aumentavam progressivamente à medida que crescia a faixa da posse de escravos. Ter muitos escravos constituiu um forte indicador de riqueza, propiciando, às famílias da elite, luxo e conforto.

Por outro lado, identificamos um pequeno universo de roupas e vestimentas, mesmo entre as famílias consideradas abastadas. A não informação pode estar associada à escassez da indumentária? Acreditamos que não necessariamente. Os valores irrisórios das roupas de algodão – feitas na própria localidade – podem ter corroborado para que não fossem avaliadas pelos louvados. A frequência das rodas de fiar e dos teares no conjunto total de inventários aponta uma regular produção de tecidos que, por sua vez, eram transformados em peças do dia a dia. As listas

nominativas de 1831, 1838 e o Censo de 1872<sup>15</sup> evidenciam o grande número de mulheres envolvidas nessa atividade. Por isso, assim como os carpinteiros locais confeccionaram móveis básicos, as mulheres livres e escravas produziram as vestimentas do cotidiano.

As roupas feitas com tecidos de algodão do próprio Vale adquiriam preços irrisórios, como demonstrou os inventários. Provavelmente deveriam existir mais toalhas, lençóis, roupas pessoais, mas em função do baixo valor de mercado não foram contempladas pelos louvados. As camisas de algodão e as demais peças da mesma natureza encontradas, nas fontes cartoriais, deveriam ser as melhores do gênero e, por isso, foram avaliadas. Observamos que essa mesma questão ocorria com os objetos de madeira e barro, praticamente ausentes na documentação, como veremos no próximo item.

### **Universo da cozinha: dos vasos de barro às baixelas de prata**

Alcântara Machado, analisando os inventários setecentistas, salientou que “é nas baixelas e nas alfaias de cama e mesa que a gente *apotentada* faz timbre em ostentar a sua opulência”<sup>16</sup>. Ainda na segunda metade século XIX, parece que continuavam sinalizando as diferenças sociais. As famílias que possuíam açucareiros, aparelhos de café, cálices de vinho, faqueiros de prata, sopeiras e castiçais eram as mesmas que possuíam móveis sofisticados e vestiam-se melhor - pelo menos nos dias de festas.

Nota-se também entre os utensílios domésticos uma variada tipologia. Semelhante aos móveis, identificou-se na descrição do vasilhame o estado de conservação, o tamanho, a matéria-prima e a funcionalidade. Assim, temos as bacias de barro, de arame (estanho), de ferro, de cobre<sup>17</sup>. A função era também destacada como a *gamela de lavar os pés* e a *gamela grande de lavar o corpo*. Entre as peças arroladas, observa-se o cuidado em declarar o estado de conservação, por isso, temos gamelas rachadas, quebradas, ordinárias e velhas. No caso dos tachos e tachas, um fator importante era o peso desse utensílio, podendo variar de 1 a 179 libras de cobre.

Para cada uma das descrições seguia um preço compatível às qualidades do artefato doméstico. Entretanto, alguns utensílios, em função de sua raridade, por si só impunham valor e definiam o perfil de quem os possuíam. Uma xícara de café, ou uma singela colher, poderiam alterar sensivelmente de valor entre as distintas famílias escravistas – pequenas, médias e grandes detentoras de cativos. Tal situação delimitava, assim, as possibilidades de ter ou não um objeto de material raro ou importado, como louças inglesas e baixelas de prata encontradas somente entre os grandes detentores de escravos. Por trás dessas diferenças reside, como já alertamos, a sofisticação do material utilizado no processo de elaboração.

O vasilhame importado era necessariamente arrolado na documentação, em função do elevado preço de mercado. O mesmo não parece ocorrer, por exemplo, com os utensílios de barro e materiais menos nobres. Hebe Mattos de Castro e Sheila de Castro Faria, estudando a província do Rio de Janeiro, mencionaram que panelas de barro e talheres de madeira deveriam ser muito comuns na vida das pessoas<sup>18</sup>. Tais objetos possuíam um valor comercial irrisório sendo, por isso, ignorados e abstraídos na contagem dos bens. Daí a ausência de tais objetos na documentação, o que não significa dizer que não existissem ou não fizessem parte do cotidiano.

Papel diferente desempenhavam os utensílios de metal – ferro, estanho, arame, cobre, prata e ouro – e os de madeira nobre, trabalhada na comunidade ou adquirida em outros mercados. É certo que encontramos alguns potes e jarros de barro, mas é também verdade que se constituíram em poucos exemplares. Associado a isso se observa a inexistência de talheres de madeira, o que vem corroborar a tese de Faria e Castro – da completa ausência de valor comercial tornando-os insignificantes perante os louvados.

Entre tantas questões a respeito dos utensílios domésticos, uma nos chamou especial atenção. Identificamos dentro do conjunto analisado algumas colheres de prata e outras tantas facas do mesmo metal. Por outro lado, não foi detectado nenhum garfo arrolado separadamente. A quase ausência de exemplares descritos individualmente nos faz pensar que a colher reinava absoluta no mundo dos talheres. A hipótese se confirmou na medida que encontramos apenas três famílias que possuíam faqueiros de prata. Esses valiam em média 400\$000 réis; preço equivalente a um escravo do sexo masculino de “boa qualidade” ou cinco “bois gordos” na década de 1840.

Segundo Alcântara Machado “o garfo não conseguiu se impor à sociedade francesa senão em fins do século XVII” e que no Brasil do século XVI era uma raridade. “A própria colher não era objeto de primeira necessidade. Embebiam-se na sopa e iguarias congêneres um pedaço de pão, e era quanto bastava. Mesmo na mesa da gente de distinção uma só escudela servia para duas pessoas, *‘chacum ayant dame ou une pucelle à son écuelle’*, à moda francesa”<sup>19</sup>. Três séculos se passaram e o garfo continua escasso, em plena segunda metade do século XIX, mesmo entre as famílias abastadas. Em função da sua raridade o referido utensílio deveria entrar em cena apenas nas festividades e eventualidades do cotidiano familiar.

Possuir tal objeto do mundo doméstico – o garfo - provavelmente deveria ter um significado singular naquela sociedade sinalizando, entre outras questões, uma possível definição de luxo. Assim como algumas peças do mobiliário e da vestimenta – sofá, cantoneiras de mármore, chapéu para senhora, vestido de seda e lenço da Índia - o vasilhame também constituiu a senha para decodificarmos o que de fato viria a ser uma família rica naquela sociedade. Como podemos perceber, além da posse de escravos, outros indicativos também esclarecem o sentido de riqueza e sofisticação e os antagonismos dessa relação no universo social e econômico.

\*\*\*

Por fim, os objetos das famílias escravistas deixaram transparecer sutilezas e detalhes de uma sociedade marcada pela escravidão e modernidade, pelo supérfluo e necessário. A quase inexistência de um simples utensílio doméstico, o garfo, por exemplo, atestou um modo rústico de viver. Por outro lado, artefatos exóticos como máquinas de bater ovos, instrumentos musicais, tecidos chineses e adamascados, louças inglesas e baixelas de prata comprovaram o quanto as famílias escravistas estavam atentas ao estilo de viver das nações tidas como “civilizadas”, sobretudo França e Inglaterra.

Contradições do mundo escravista? Antagonismos de uma sociedade escravocrata? Mais do que isto, a situação de aparente incoerência entre **escravidão, família e cultura material** reflete as mudanças internas do sistema vigente - crise do Império e do trabalho cativo. Por outro lado, as transformações ocorridas no cenário internacional devem, também, ser consideradas: na **economia** a crescente interferência inglesa; na **sociedade** a pressão contra o trabalho escravo; na **cultura** a influência francesa na moda, gestos, atitudes e artes em geral.

O Vale do Paraopeba não ficou imune aos acontecimentos mencionados. Ideais aristocratas contrapunham-se a visão moderna do século XIX. Manter escravos homens e mulheres, até as vésperas da abolição, constituiu-se em estratégia para a manutenção do poder e prestígio social. Permitiu a elite escravista oscilar entre resquícios coloniais – a escravidão – e a nova ordem mundial que se impunha com o incipiente capitalismo.

---

## Notas:

<sup>1</sup> Este estudo faz parte de nosso Doutorado, *Dinamismo, Lustró e Decadência: Vida Material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914)*, sob a orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara. Este trabalho está sendo financiado pela **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP**.

2 SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo: século XIX*. São Paulo: Marco Zero & Secretária da Cultura de São Paulo, 1989.

3 O Vale do Paraopeba engloba distritos de três municípios. Do município de Ouro Preto destacam-se Congonhas do Campo, Nossa Senhora da Boa Morte, Moeda, São José do Paraopeba, Nossa Senhora da Soledade. Do município de Queluz podemos citar os distritos de Brumado, Dores da Conquista, Vila de Queluz, Rio do Peixe, Santana do Paraopeba, São Gonçalo da Paraopeba, Suaçuí, Santo Amaro, Redondo, São Gonçalo da Ponte e Bonfim. E do município de Sabará os distritos de Betim, Contagem, Mateus Leme, Nossa Senhora da Piedade da Paraopeba, Aranha, Santa Luzia do Rio Manso, Brumado do Paraopeba e São Sebastião do Itatiaia. De modo geral, é preciso destacar a importância do Vale dentro da Região Mineradora Central Oeste. As terras férteis fizeram desses distritos localidades abastecedoras de gêneros alimentícios, sendo esses produtos – rapadura, toucinho, queijos, cereais, tecidos - exportados para as cidades mineradoras e outras localidades da província mineira e também para a praça carioca, como pudemos atestar através dos inventários de Bonfim do Paraopeba.

4 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. (Tradução Telma Costa) São Paulo: Martins Fontes, 1995. Vol.1 (*As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível*) Vol. 2 (*Os Jogos das Trocas*) Vol. 3 (*O tempo do Mundo*).

5 Por objetos do cotidiano considera-se: os utensílios domésticos e profissionais, o mobiliário, a vestimenta, as jóias, os objetos pessoais, os adornos, os livros, os artefatos domésticos e de trabalho, as casas urbanas, as fazendas, e demais artefatos dos diversos setores da sociedade escravista, encontrados nos inventários *post-mortem*.

6 ROCHE, Daniel. *História Das Coisas Banais. Nascimento do consumo século XVII-XIX*. (Tradução de Ana Maria Scherer) Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 226.

7 Encontramos os carpinteiros na lista nominativa de 1831/32, 1838 e no Censo de 1872. De modo geral, a importância do setor atividades manuais e mecânicas na qual o grupo da madeira está acoplado, assume, no quadro geral das ocupações, lugar de destaque.

8 LIMA JÚNIOR, Augusto. *Caminhos Antigos de Minas Gerais. In: A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978. Pp. 133-137. O autor faz boas considerações a respeito dos caminhos e estradas de Minas Gerais.

9 Ver principalmente BURTON, Richard. *Viagem ao Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979.

10 Sobre a casa, o mobiliário e as alfaias, ver o importante trabalho desenvolvido por LIMA JÚNIOR. Op. Cit. 1978, Pp. 111 a 131. Embora o autor verse sobre o período colonial mineiro esse trabalho é fundamental ao estudioso que se interessa pelo mobiliário e artefatos das casas antigas. Esse estudo pode elucidar importantes questões bem como possibilita ainda estabelecermos paralelos entre o período aqui abordado e o século XVIII.

11 Ver: ROCHE, Op. Cit. 2000, p. 260

12 SOUZA, Gilda de Mello e Souza. *O espírito das roupas. A moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 111. (Grifos nossos)

13 A questão da necessidade, do desejo e do luxo foi inspirada nas análises de BERRY, Christopher J. *The Idea of luxury. A Conceptual and Historical Investigation*. Printed in Great Britain at the University Press, Cambridge. 1994. Ver especialmente Part IV: Potitics, needs and desires, capítulo 8 Luxury and politics of need and desires e capítulo 9, Luxury, necessity and social identity.

14 Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, DC CPO 80(02), DC CSO 113(08), DC CPO 88(13). Selecionamos alguns dos inúmeros objetos e bens contidos nas notas fiscais que estavam anexadas a esses inventários.

15 Elaboramos um estudo anterior, baseado no Censo de 1872, que nos possibilitou perceber entre outras questões a dinamização econômica da Paróquia de Bonfim, a alta taxa de africanos, bem como a importância da fiação e da agropecuária no universo das “profissões”. Ver MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado*. Bonfim/MG. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, dezembro de 2.000.

16 Ver OLIVEIRA, José de Alcântara Machado. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins Editora. S. A, 1953. 3a ed. P. 97 (grifos do autor).

17 Para Augusto Lima Júnior as bacias de arame eram o nome que se dava ao ferro estanhado. Ver LIMA JÚNIOR, Op. Cit. 1978. P. 113.

18 Ver CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

19 Ver OLIVEIRA, Op. Cit. 1953, p. 81